

3

O Inquérito

No dia 2 de fevereiro de 1902, o *Jornal do Commercio* trazia uma grande reportagem sobre o caso do desfalque no Hospício Nacional de Alienados, causado pelo almoxarife Oscar Adolpho da Costa Braga. A reportagem também chamava atenção para o “lamentável estado” do hospício que sofria com o agravamento dos “estragos materiais”. Após uma descrição do serviço administrativo, que andava “ao Deus dará”, a reportagem apontava para o “abandono” do serviço médico-sanitário.

Obsolescência dos métodos e das teorias aplicadas no tratamento dos enfermos; estagnação das pesquisas científicas; mau funcionamento do serviço de farmácia; falta de camas e de enxoval para os internos, são alguns dos problemas citados na reportagem. A ressalva é feita ao Pavilhão de Observações, “incomparavelmente melhor”. Em todo o resto, o “desleixo” e a “decadência” eram tidos como claros e manifestos¹²⁷.

Segundo a reportagem, esse quadro era fruto da “incompetência do Estado”. Contudo, ela referia-se especificamente ao Distrito Federal, uma vez que adiante afirma ser a cidade de São Paulo uma “prova brilhante” de como é possível oferecer um serviço psiquiátrico que “nada fica a dever ao que a Europa tem de melhor no gênero”. Já o Rio de Janeiro tinha não um hospital ou um hospício, mas “pura e simplesmente uma casa de detenção”¹²⁸. Dessa forma,

“A sorte dos infelizes privados da razão é a mais deplorável; tudo lhes falta. Mas o governo da República não pode assistir impassível a ruína

¹²⁷ *Jornal do Commercio*, 02 de fevereiro de 1902.

¹²⁸ A comparação parece não ser aleatória. No mesmo ano de 1902, essas são as considerações de Olavo Bilac acerca desse estabelecimento carcerário: “Que vai fazer agora o governo? Vai demitir o administrador da Casa de Detenção? daqui a pouco será obrigado a demitir o cidadão que o substituir, e as coisas continuarão no mesmo pé – porque a causa dos abusos não reside na incapacidade de um funcionário, mas por um vício essencial do sistema, num defeito orgânico do aparelho penitenciário. E não há de ser a demissão de um administrador que há de consertar o que já nasceu torto e quebrado”. *Apud* Clarisse Nunes MAIA *et al.* (Orgs.). **História das prisões no Brasil**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. P.09.

daquele instrumento de caridade e de ciência. Urge providenciar para que voltemos a ter o que tínhamos há doze anos apenas.¹²⁹

Cabe aqui notar que, ao considerar o estado do Hospício Nacional de Alienados apenas ruínas do que se tinha “há doze anos”, o *Jornal do Commercio* sugere uma simpatia com o período em que aquele era subordinado à Santa Casa de Misericórdia, ou ainda, e contraditoriamente se tomarmos como lastro o aspecto religioso, com o período marcado por significativa laicização, sob administração de Teixeira Brandão¹³⁰.

Não é apenas o *Jornal do Commercio* que destaca a urgente necessidade de melhoramentos para o Hospício Nacional de Alienados. No mesmo período, a *Gazeta de Notícias* considera que, além de necessários, esses melhoramentos deveriam ser “radicais” e inadiáveis. O periódico também se volta ao desfalque causado pelo almoxarife e responsabiliza a cúpula administrativa do hospício. Seu diretor, Pedro Dias Carneiro, é definido como “homem fraco, cansado e sem espírito de iniciativa” e, conseqüentemente, incapaz de empreender as reformas que a “instituição está exigindo”.

O jornal ressalva o caráter honorável e “bem intencionado” de Dias Carneiro e reconhece as “dificuldades do momento” ao se referir à escassez de verbas para a adoção de “progressos” que colocariam o Hospício de Alienados “em pé de igualdade com as melhores instituições similares dos países cultos”. Contudo, afirma que “para tudo nesse mundo há um limite” e que ao negligenciar essas demandas, estaria o governo incorrendo em um “verdadeiro crime social”¹³¹.

Ainda no mês de fevereiro, dia 14, foi a vez do jornal *A Notícia* reforçar o coro pela necessidade de se sanar os males do hospício “pela raiz” através de “uma reforma radical”. Adverte, inclusive, para a necessidade de, referindo-se ao caso

¹²⁹ *Jornal do Commercio*, 02 de fevereiro de 1902.

¹³⁰ Uma das primeiras medidas de Brandão à frente da recém criada Assistência Médico-Legal a Alienados, em 1890, foi dispensar as irmãs de caridade das funções de enfermagem e administrativas. Essa situação contribuiu para que as irmãs abandonassem o Hospício Nacional de Alienados. Segundo Almerinda Moreira, elas “sentiram-se diminuídas em sua autoridade”. Cf. Moreira A. Desmistificando a origem da enfermagem brasileira. In: Geovanini T. **História da enfermagem**: versões e interpretações. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revinter; 2002. p.85.

¹³¹ *Gazeta de Notícias*, 13 de fevereiro de 1902.

do almoxarife, “abrir um inquérito que apurasse a responsabilidade dos delinquentes”¹³².

Enquanto as notícias ganhavam as páginas dos jornais, Sabino Barroso Junior, que então respondia pelo Ministério de Justiça e Negócios Interiores, pasta à qual o hospício era subordinado, buscava averiguar o que ocorria no estabelecimento. Alguns jornais estavam convencidos de que a reação do ministro resultava dos alardes da imprensa:

“Devido a uma denúncia publicada pelo nosso colega o Jornal do Commercio, o Sr. Ministro da justiça desceu ontem pela manhã de Petrópolis, afim de visitar o Hospício Nacional de Alienados.

Eram 11 e meia da manhã quando s. ex. chegou ao referido estabelecimento e passou a percorrer minuciosamente todas as dependências, examinando a escrituração e inspecionando com especialidade as enfermarias e seções reservadas aos dementes, não saindo mal impressionado dessa visita.”¹³³

Ao que parece, as impressões do ministro não coincidiram com o que a imprensa até então publicava. A visita de Barroso Junior ao Hospício Nacional de Alienados não provocou nenhuma ação que comprovaria as denúncias feitas pelos jornais. O ano avançava e as reformas sugeridas pela da imprensa não foram levadas a cabo pelo governo. Pedro Dias Carneiro, considerado “fraco” e “cansado”, seguiu na direção do hospício, e nenhum inquérito foi instaurado. No que se refere ao caso do desfalque, sabemos que, após a demissão, o ex-almoxarife havia passado um breve período preso para esclarecimentos. Após sua família ressarcir aos cofres públicos o montante desviado, foi novamente posto em liberdade¹³⁴.

No início de julho de 1902, o diretor do Hospício Nacional de Alienados entrou com pedido de aposentadoria que foi deferido pelo ministro Sabino Barroso Junior. O fato é registrado pela imprensa.

“Pelo sr. Ministro do interior foi dado o seguinte despacho, no requerimento em que o dr. Pedro Dias Carneiro, diretor do Hospício Nacional de Alienados, pedia aposentadoria: ‘Submete-se à inspeção de

¹³² *A Notícia*, 14 de fevereiro de 1902. *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.72.

¹³³ *O Paiz*, 8 de fevereiro de 1902.

¹³⁴ *Jornal do Commercio*, 2 de fevereiro de 1902.

saúde, para o que deverá solicitar a necessária guia na diretoria do interior da secretaria de estado’.”¹³⁵

No dia 12 do mesmo mês, Antônio Dias de Barros assumiu a direção do hospício. O novo diretor, provavelmente com o propósito de estabelecer uma fiscalização mais rigorosa, adotou um calendário de visitas para inspecionar e fiscalizar a rotina clínica e administrativa do hospício

“O [...] digno diretor do Hospício Nacional de Alienados, afim de regularizar os serviços clínicos e administrativos daquele estabelecimento, organizou uma tabela de visitas aos enfermos ali recolhidos, tabela que é a seguinte. Todas as segundas-feiras visita geral a pensionistas homens; às sextas-feiras, visita geral a pensionistas mulheres; no primeiro domingo de cada mês, visita geral a indigentes homens; no 2º domingo, visita geral a indigentes mulheres, das 8 horas às 11 e meia da manhã. Esta tabela será cumprida rigorosamente.”¹³⁶

Em 15 de novembro de 1902, Joaquim José Seabra assumiu o lugar de Sabino Barroso Junior no Ministério da Justiça e Negócios Interiores e apenas um mês depois instaura um inquérito para apurar os estado do Hospício Nacional de Alienados. Um esclarecimento sobre o que motivou o novo ministro nessa decisão pode ser encontrado no relatório encaminhado ao presidente da república:

“A meu conhecimento chegaram graves irregularidades nos serviços do Hospício Nacional; e, na visita que logo fiz a esse estabelecimento, verifiquei a necessidade de proceder-se a inquérito, cujo resultado habilitasse, com segurança o Governo a corrigir os abusos e atender aos melhoramentos precisos.”¹³⁷

Seabra não indicou as fontes de suas informações, mas provavelmente elas não eram provenientes de antecessor. Como vimos, Sabino Barroso Junior não havia ficado “mal impressionado” com a visita ao Hospício Nacional de Alienados realizada em fevereiro. As atitudes tomadas pelo novo ministro indicavam uma mudança de postura do governo em lidar com as denúncias sobre o estado daquele estabelecimento. Ao que parece, Seabra, ou o governo, se esforçavam em reagir à algo que passou a não ser mais tolerável. Era necessário “corrigir os abusos”.

¹³⁵ *Correio da Manhã*, 06 de julho de 1902.

¹³⁶ *Gazeta de Notícias*, 28 de agosto de 1902.

¹³⁷ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores Augusto Tavares de Lyra em abril de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p.260.

Talvez seja demasiado exagero relacionar as ações de Seabra à uma mudança de postura do governo. Nesses primeiros anos, não foi pouca a atenção dada pela república ao alienismo. Cabe destacar que entre 1890 e 1902 é possível encontrar sete decretos destinados a regulamentar a assistência a alienados¹³⁸. Nesse cenário, o inquérito para avaliar as condições do hospício se apresentava como mais uma dentre outras inúmeras estratégias da república que visavam organizar a assistência para que ela pudesse “atender aos melhoramentos precisos”.

Assim, o último integrante da comissão responsável por inspecionar o principal estabelecimento da assistência a alienados foi convocado no dia 16 de dezembro de 1902. Eis o documento recebido pelo médico e farmacêutico Antônio Maria Teixeira:

“Comunico que resolvi nomear-vos para, juntamente com os Drs. Salles Guerra e Carlos Eiras e o farmacêutico Francisco Manoel da Silva Araujo, proceder a inquérito sobre as condições atuais da assistência a alienados no Hospício Nacional, devendo o inquérito abranger não só a parte técnica mas também a administrativa.

A comissão requisitará ao diretor do estabelecimento as providências e os esclarecimentos que dele dependerem e forem de mister para o bom desempenho dos trabalhos; e, quando aquele funcionário não puder satisfazer a requisição, por versar sobre assunto que escape à sua competência, a comissão deverá dirigir-se ao Ministério ao meu cargo.

No relatório que apresentar, a comissão indicará ao Governo os pontos merecedores de reparo e as medidas que respectivamente convenha tomar.

O Governo, apelando para o vosso patriotismo, espera que aceitareis este encargo, prestando assim, relevante serviço à causa pública.

Saúde e Fraternidade. – J. J. Seabra.”¹³⁹

Bem como Carlos Eiras, Salles Guerra e Francisco Manoel da Silva Araújo, Antônio aceitou a convocação e se tornou o quarto patriota que teria a incumbência de avaliar as condições do Hospício Nacional de Alienados. A

¹³⁸ I. CHARAM. **A legislação sobre doentes mentais no Brasil**: revisão e estudo crítico. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPUB, 1986. Diss. De Mestrado. Mimeo

¹³⁹ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores abril de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p.260.

comissão era composta por um grupo que, de acordo com Allister Dias, mesclava capacidade técnica e prestígio social

“Los miembros de la Comisión eran en su mayoría médicos y un farmacéutico: Antônio Maria Teixeira, Francisco Manoel da Silva Araújo, Egídio de Salles Guerra e Carlos Fernandes Eiras. El primero estaba vinculado a la Facultad de Medicina de Río de Janeiro, concretamente al área de odontología médica. Francisco Manoel da Silva Araujo fue uno de los más prestigiosos farmacéuticos de la ciudad en este periodo; era dueño de una farmacia llamada ‘Silva Araújo & Cia’. Egídio de Salles Guerra era especialista en medicina forense [...]. En cuanto a Carlos Fernandes Eiras era el único psiquiatra de la Comisión. Estudioso de los tratamientos de hidroterapia, comenzó a gestionar la primera institución privada para el tratamiento de alienados de Río de Janeiro, que había sido creada por su padre en la segunda mitad del siglo XIX y estaba destinada a ‘locos de las clases adineradas’.”¹⁴⁰

Criada para a verificar as condições da Assistência a Alienados, a comissão tinha entre seus membros somente um psiquiatra. Nesse sentido, podemos perceber que não somente o aspecto clínico seria avaliado. As investigações deveriam abranger toda a estrutura administrativa. Veremos adiante que o inquérito traria à tona também uma séria de conflitos não necessariamente ligados às questões médicas ou administrativas, antes denotavam interesses pessoais.

Na produção acadêmica recente, esse período conturbado tem sido encarado como um divisor de águas para o alienismo brasileiro. O inquérito e as ações da comissão são analisados a partir de sua contribuição para mudanças pontuais que engendraram. Nesse sentido, Cristiane Faccinetti¹⁴¹ aborda o relatório da Comissão de Inquérito que “tratava das péssimas condições do hospício” e enfatizava a lotação, a “promiscuidade” entre adultos e crianças e entre pensionistas e indigentes. A autora destaca os resultados alcançados tanto a partir do inquérito quanto a partir da nova mudança na direção do hospício a partir do início do ano de 1903.

“Como consequência da Comissão de Inquérito e do ingresso de Juliano Moreira, houve a inauguração do Pavilhão Bourneville (destinado às crianças), relatada no relatório publicado em 1903. Outras mudanças

¹⁴⁰ Allister DIAS. “Entre el pabellón y el hospicio: problemas y conflictos em la assistência psiquiátrica em Rio de Janeiro a principios del siglo XX”. **Frenia, Revista de História de la Psiquiatria** Vol.11, Nº1, 2011, p.113.

¹⁴¹ Cristiana FACCINETTI *et al.* “Labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, Vol. 17, supl.2, dez. 2010, p.733-748.

foram a instalação dos serviços fotográficos, oftalmológicos, odontológicos e do gabinete antropométrico, bem como se reportava a organização das oficinas de costura e a melhora do laboratório de histoquímica.”¹⁴²

Muller¹⁴³ aponta para a relevância do que chamaremos aqui de relatório preliminar no qual a comissão denuncia a promiscuidade entre adultos e crianças dentro do hospício. Para a autora o saldo do relatório é a primeira escola especial para as chamadas crianças anormais contaria com três novidades: a construção de uma seção para meninos e meninas, a contratação de um clínico pediatra e a adoção de um projeto terapêutico psiquiátrico específico para as crianças.

“Uma das críticas apresentadas à organização do hospício pela Comissão de Inquérito consistia na inclusão e permanência de crianças neste espaço, mas a sua reformulação pode ser vista como o estabelecimento de uma estreita relação entre as práticas psiquiátrica e pedagógica no que tange a essa clientela, como também apontam para o início de uma distinção entre crianças (percebidas com características particulares e necessidades de tratamento próprio) e os adultos alienados, em conformidade com a orientação da medicina mental francesa, tendo como um de seus expoentes Bourneville, que determinou um novo esquadramento espacial.”¹⁴⁴

Ao considerar o relatório produzido pela comissão de inquérito como “um dos mais ricos” documentos para se entender as “tensões agudas” entre os psiquiatras da Assistência a Alienados naquele período¹⁴⁵, Allister Dias indica também seu impacto devastador.

“A conclusão da Comissão seria, por fim, aterradora para as ambições da psiquiatria, principalmente na sua perspectiva de instrumento de assistência pública, de administração, de controle social eficaz da loucura, mas também na sua face de especialidade médica voltada para a terapêutica das ‘doenças mentais’.”¹⁴⁶

O mesmo autor em outro momento estabelece uma análise onde a disputa pelo poder entre os alienistas pode ser identificada na oposição que se dá entre o

¹⁴² Idem, p.746.

¹⁴³ Tânia Mara Pedrosa MÜLLER. “A primeira escola especial para *creanças anormaes* no Distrito Federal: o Pavilhão Bourneville (1903-1920)”. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2000, Vol.16, Nº01, p79-97.

¹⁴⁴ Idem, p.86.

¹⁴⁵ Allister Andrew Teixeira DIAS. “**Dramas de sangue**” na cidade: psiquiatria, loucura e assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2010. Tivemos acesso a uma versão não paginada dessa dissertação. Nessa versão, disponível em http://www.fiocruz.br/ppghcs/media/dissertacao_allisterteixeiradias.pdf, acessada em 11 de fevereiro de 2012, a citação utilizada está na folha número 43 do arquivo em pdf.

¹⁴⁶ Idem, 50.

Pavilhão de Observações e o Hospício Nacional de Alienados. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os conflitos permitem uma maior definição da especialidade psiquiátrica esta não necessariamente é acompanhada de uma melhora significava das instituições psiquiátricas públicas¹⁴⁷.

Venâncio¹⁴⁸ também considera que o “inquérito constatou as péssimas condições de tratamento no hospital e a completa promiscuidade entre, crianças e adultos”. A autora lembra também que o período do inquérito é posteriormente identificado como um divisor de águas na prática psiquiátrica no Brasil.

“Nesse contexto, a nomeação e a atuação de Juliano Moreira no referido hospital [Hospício Nacional de Alienados] reforçavam as iniciativas ‘modernizadoras’ do Estado, ampliando-as para essa esfera da assistência pública - a dos alienados - corroborada pelo projeto de desenvolvimento de uma ciência psiquiátrica brasileira.”¹⁴⁹

Assim como os autores acima citados, consideramos essa crise, bem como seus desdobramentos, como um *locus* privilegiado para compreender a história do alienismo no Brasil. Dessa forma, vamos analisar alguns detalhes e personagens que consideramos representativos tanto do cotidiano da Assistência a Alienados, quanto da sociedade brasileira do início do século XX.

Acreditamos que a conveniência da análise aqui proposta se dá uma vez a produção sobre o tema ainda não se voltou para alguns detalhes da crise de 1902. Nosso interesse será encontrar entre os conflitos que vêm à tona durante o inquérito instaurado em 1902, aqueles que se manifestam a partir do que Ernan McMullin chama de “controvérsias não epistêmicas”¹⁵⁰. Segundo o autor, o processo de construção do conhecimento científico se dá através das disputas no interior da comunidade científica. Essas disputas, ou controvérsias, seriam divididas entre epistêmicas e não epistêmicas. Entre as primeiras estão as relevantes para o debate e para o conhecimento em si. Já as disputas não

¹⁴⁷ DIAS, *op. cit.*, 2011.

¹⁴⁸ Ana Teresa A. VENÂNCIO. “As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações”. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Nº3, julho-dezembro de 2005, p.59-73.

¹⁴⁹ Idem, p.61.

¹⁵⁰ Tomamos como referência o artigo de Jorge Augusto Carreta sobre os impactos referentes à aceitação da teoria microbiológica no Brasil do início do século XX. Na parte introdutória do artigo, Carreta analisa a literatura sobre as controvérsias científicas com destaque para a contribuição de Ernan McMullin. Cf. Jorge Augusto CARRETA. “Oswaldo Cruz e a controvérsia da sorologia”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, V.18, Nº3, Jul.-Set. 2001, p.677-700.

epistêmicas estariam à margem da discussão científica, sujeitas a contingências variadas como interferências políticas ou mesmo a caprichos do acaso.

Nessa perspectiva, nas páginas que seguiremos abordar a construção do inquérito por meio da análise não somente das questões internas à Assistência a Alienados, mas também daquelas que estabelecem interlocuções sociais e culturais externas à psiquiatria. Para isso, as páginas a seguir serão divididas em três partes. Na primeira, chamada *O ofício*, o foco de nossa análise será o ofício encaminhado ao ministro da justiça, antes mesmo do término da sindicância, em que os membros da comissão se alarmam com a “promiscuidade entre adultos e crianças”. Veremos os detalhes desse relato, como ele foi recebido por diferentes atores e quais impactos ele acarretou.

Na parte seguinte, intitulada *O relatório*, abordaremos a avaliação da comissão de inquérito na seção “Relatório” do *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*¹⁵¹. Essa sessão do documento enviado ao ministro da justiça tinha a finalidade de oferecer uma “minuciosa descrição” dos estabelecimentos públicos do Distrito Federal. Nela encontramos alguns aspectos do cotidiano desses estabelecimentos registrados a partir das várias visitas realizadas pelos membros da comissão de inquérito.

Em *As cartas e o libelo*, terceira e última parte do capítulo analisaremos a seção “Documentos” do mesmo relatório. Nesse conjunto de anexos encontramos cartas com as respostas dos médicos e outros funcionários aos questionamentos surgidos durante o inquérito e tabelas com dados que comprovariam algumas das afirmações contidas tanto no relatório quanto nas cartas dos médicos. Essas cartas registram conflitos e disputas internas que demonstram como sentimentos tão humanos como inveja, ciúme e carência de aprovação social podem habitar personagens elevados aos mais altos cargos da Assistência a Alienados. Essa documentação oferece um cenário em que se torna evidente o quanto algumas práticas e decisões fundamentais para o bom funcionamento da assistência foram contaminadas por motivos rasteiros.

¹⁵¹ O documento é constituído por 107 páginas divididas em duas partes: “Relatório” e “Documentos”.

3.1

O ofício

Poucos dias depois de iniciar seus trabalhos, os inspetores da Comissão de Inquérito enviaram ao ministro J. J. Seabra um breve ofício em que relatam algo que os surpreendeu: a promiscuidade entre crianças e adultos “em completo estado de nudez”. Além da surpresa, o documento registra a indignação dos inspetores diante de situação “tão deprimente”. Eis a transcrição do aviso em sua íntegra:

“Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócio Interiores – A comissão nomeada para proceder a inquérito sobre as condições da assistência a alienados no Hospício Nacional tinha deliberado só dirigir-se a V. Ex. por meio de minucioso relatório, quando houvesse ultimado os seus trabalhos.

Resolveu, porém, abandonar este propósito, desde que, em uma de suas visitas ao hospício, observou com triste surpresa, crianças e adultos, alguns destes em completo estado de nudez, na mais revoltante promiscuidade. Este ajuntamento vergonhoso não é só ofensivo à moral, mas prejudicial também ao tratamento dos pequenos infelizes, cujo estado mental muito poderia melhorar, se em outro meio recebessem cuidados adequados.

Decidiu então a comissão dirigir-se a V. Ex. para que faça cessar um estado de coisas tão deprimente dos nossos costumes, e, em nome dos mais elementares preceitos humanitários e científicos, instar para que se digne de ordenar a remoção imediata desses menores para local apropriado. Acham-se em piores condições os do sexo masculino, que são apenas vinte e um. Para acomodá-los convenientemente, basta que V. Ex. ordene o aproveitamento do pavilhão anexo à lavanderia, hoje quase completamente abandonado, o que se conseguirá com pequena despesa e em poucos dias.

São tão justas e pertinentes estas medidas, que a comissão conta ser atendida com a urgência que o caso requer.

Sem outro assunto, por enquanto, assina-se, com a mais alta estima e consideração, de V. Ex. – Rio de Janeiro 27 de dezembro de 1902. A comissão: Dr. Carlos Fernandes Eiras. – Dr. Antonio Maria Teixeira. – Dr. Salles Guerra. – F. M. da Silva Araújo.”¹⁵²

A reação do ministro foi imediata,

¹⁵² Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores em abril de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p.260-1

“Tomando as providências que no caso cabiam, recomendei ao engenheiro deste ministério, em aviso de 30 de dezembro, que examinados, com urgência, o edifício do Hospício e o local onde se acha situado, mandasse executar as obras precisas para que, quanto antes, cessasse a promiscuidade dos alienados, crianças e adultos.

Ao diretor do hospício comuniquei não só o assunto do ofício da comissão de inquérito, como também a providência que fora adotada; e recomendei que, por sua parte, determinasse o fornecimento de roupas aos enfermos.”¹⁵³

Em um primeiro momento a prontidão do ministro nos leva a concluir que ele talvez tenha sido pego de surpresa ao saber da situação “revoltante” a qual as crianças eram submetidas. Contudo, a documentação disponível traz relatos semelhantes não somente já haviam ganho as páginas oficiais da Assitência a Alienados como também as páginas dos jornais.

Em artigo de janeiro de 1902, que denunciava as irregularidades da administração de Dias Carneiro¹⁵⁴, o *Jornal do Comércio* relatava que as “crianças loucas andam juntamente com adultos”. Passados alguns meses, o fato ainda era encontrado nas páginas da imprensa diária. A coluna humorística “Casa de Doidos”, da *Gazeta de Notícias*, fazia graça com o tema:

“O almoxarife do hospício de alienados veio à Gazeta reclamar que os doidos ali não andam nus nem sujos.

- Sujos? Quem disse?!

- Andam até varridos.”¹⁵⁵

Administrações anteriores, ao mesmo tempo em que culpavam as restrições orçamentárias, já denunciavam essa situação. O mesmo Dias Carneiro em 1900 afirmava, em relatório ao ministro da justiça que:

“A convivência de menores alienados com enfermos adultos, digo convivência, porque não se pode estabelecer atualmente uma separação completa destes, as condições materiais ou de construção do edifício o não permitem, reclama séria atenção, não se pode negar a má influência de um sobre outros, podendo chegar até a prática de atos reprovados, que felizmente não se deu.

Já me enveredei pelo caminho da reclamação não levantei mão, sem lembrar ao Exmo. Sr. Ministro do Interior as necessidades palpitantes de

¹⁵³ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁴ *Jornal do Commercio*, 2 de fevereiro de 1902.

¹⁵⁵ *Gazeta de Notícias*, 14 de julho de 1902.

alguns melhoramentos que não podem ser adiados e são eles: um pavilhão ou seção isolada para a colocação dos menores.”¹⁵⁶

Em 1901 ele voltava ao ponto da necessidade da separação entre as crianças e os adultos:

“Isso porque atentas as capacidades imitativa e sugestiva da criança, e particularmente daquelas que são desequilibradas facilmente se poderá inferir da promiscuidade em que se acham elas com os diferentes alienados para o resultado desse estado antinatural.

Tenha-se em vista o onanismo e pederastia se podem definitivamente instalar em criaturas novas e já de si inclinadas a essas práticas deletérias para o físico e o psíquico delas. Em princípio não é só no que se relaciona com as crianças que a promiscuidade deve ser combatida.

Ela é altamente prejudicial quando se tem em vista as diversas moléstias das quais muitas podem e realmente o são desastrosamente influenciadas, pela promiscuidade. É mister que se tenha em vista, além disso o grau de instrução dos doentes ou sua atitude psíquica.”¹⁵⁷

Podemos perceber nesses dois relatórios que Pedro Dias Carneiro temia as ameaças à moralidade sexual. Suas considerações, contudo, indicam um esforço em tratar o tema pelo viés “não unicamente da moral, mas da racionalidade”¹⁵⁸. Com efeito, em 1900 os riscos são apenas sugeridos enquanto manifesta seu alívio ao afirmar que “felizmente” não havia sido registrada nenhuma “prática de atos reprovados”. No ano seguinte o diretor é mais direto e, mesmo ao afirmar que “diversas moléstias” podem encontrar na promiscuidade um terreno propício para se manifestarem, sua preocupação, porém, se concentra no “onanismo” e a “pederastia”¹⁵⁹.

Em um primeiro momento, a preocupação com as eventuais demandas concentradas *ao sul do corpo*¹⁶⁰ dos alienados pode denotar os valores castos de Dias Carneiro. Entretanto, cabe notar que o início do século XX marcou a consolidação do processo de cientificação do sexo¹⁶¹. Segundo Magali Engel, é possível observar ao longo dos séculos XIX e XX a transformação do corpo, do

¹⁵⁶ Pedro Dias CARNEIRO. Relatório do Hospício Nacional de Alienados, 1900. *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.90.

¹⁵⁷ *Idem*, p.92.

¹⁵⁸ M. FOUCAULT. **História da sexualidade I**. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p.27.

¹⁵⁹ Pedro Dias CARNEIRO. Relatório do Hospício Nacional de Alienados, 1900. *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.92.

¹⁶⁰ Alusão ao título do livro de Mary DEL PRIORI. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993.

¹⁶¹ Marilena CHAUÍ. **Repressão sexual**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

desejo e do saber em objetos do conhecimento científico. Esse processo contou com a participação e colaboração de diversas áreas do conhecimento com destaque para a “medicina, a demografia, o direito, a economia, a pedagogia, a psiquiatria, a psicanálise e, mais recentemente, a sexologia”¹⁶². Para a autora, a “elaboração de um discurso da sexualidade” pelos médicos, visava ultrapassar “as interdições morais que pesavam sobre o tema, mesmo sem chegar a destruí-las completamente”¹⁶³. Em outras palavras, a ciência, com todo seu rigor e objetividade ainda se ruborizava quando o assunto era sexo.

Em 1902, o diretor do Hospício Nacional de Alienados, talvez em resposta às denúncias que ganhavam espaço na imprensa, se entregou a um tom próximo do desabafo ao afirmar que a promiscuidade “não pode deixar de existir, a vista de absoluta ausência de pátios internos” no prédio. E perguntava em seguida: “onde colocá-las [...] se não temos um pavilhão separado para elas [...]? Seria melhor enclausurá-las em um quarto, do que deixa-las passear livremente?”¹⁶⁴

Ao substituir Dias Carneiro no “pesado encargo” de dirigir o hospício¹⁶⁵, Antônio Dias Barros, mesmo dispondo de exíguos recursos financeiros, estabeleceu entre os melhoramentos prioritários a adaptação do pavilhão anexo à lavanderia para alojamento das crianças. Não surpreende o fato de, ao tomar conhecimento do ofício enviado ao ministro pela Comissão, Dias Barros tenha se indignado:

“Não é de ontem que se chegou ao conhecimento da situação triste e dolorosa das infelizes crianças aqui internadas.

Todos os clínicos desta casa, que tiveram ensejo de receber crianças nas seções a seu cargo, se sentiram revoltados com promiscuidade tal...

Certo é porém, que o Sr. Dr. Pedro Dias Carneiro, meu honrado antecessor na diretoria deste hospício, em dois relatórios sucessivos, em

¹⁶² Magali ENGEL. **Meretrizes e doutores**. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p.13, grifo nosso.

¹⁶³ Idem, p.16.

¹⁶⁴ Relatório do Hospício Nacional de Alienados, 1902, *apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.75.

¹⁶⁵ No *Relatório do Hospício Nacional de Alienados* de 05 de março de 1903 é clara a resignação de Antônio Dias Barros com a impossibilidade de se efetuar grandes mudanças na instituição: “Aceitei, porém, tal e tão pesado encargo apenas alentando pela ideia de cumprimento de um alto dever cívico, a qual me não pude furtar e por ter em mente o conceito evangélico relativo às recompensas reservadas aos homens de boa vontade”. Cf. Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p. 73-74.

1900 e 1901, endereçados ao Sr. Dr. Eptácio Pessôa, então secretário de Estado, teve ensejo de chamar a sua atenção para tão grave irregularidade, como esta é, sem que, contudo, obtivesse a autorização necessária para cessar esta deprimente anomalia hospitalar.

[...] Demais, na visita feita por V. Exa. A este instituto tive o ensejo de explicar a V. Exa. As causas de tão degradável aproximação das crianças, estes imitadores por sua própria natureza, com adultos de educação e moral das mais diversas.¹⁶⁶

A indignação de Dias Barros não terminou por aí. O diretor do hospício desaprovou o comportamento dos inspetores que enviaram relatório sem antes lhe informar. Seu “espanto” se devia ao fato de “a comissão intuída do mesmo espírito filantrópico que todos aqueles que atentaram para o fato doloroso não se tivesse entendido com a diretoria deste estabelecimento”¹⁶⁷.

Por fim, Dias Barros recorreu a declarações de dois médicos do hospício que negavam a nudez de crianças e adultos. Chagas Leite, alienista responsável pela seção Cameil, foi taxativo: “nunca vi nem tenho notícias da existência de doentes adultos nus em promiscuidades com crianças na seção a meu cargo”. Lúcio D’Oliveira reconhecia a promiscuidade na seção sob sua responsabilidade, mas a seção de mulheres Esquirol, entretanto, não existia “alienada alguma nua em contato com crianças”¹⁶⁸.

As rugas entre o diretor e a comissão não ficaram nas queixas daquele ao ministro. Dias Barros ainda queria saber “em que dia e em qual de suas visitas deparou ela [a comissão] com enfermos inteiramente nus? Quantos viu ao todo; de que sexo; adultos ou menores? Em que seção deste estabelecimento?”. A resposta da Comissão de Inspeção por certo contrariou ainda mais o diretor do hospício: “A Comissão não julga conveniente responder ao questionamento que Vossa Excelência lhe endereçou, já por princípio, por considera-lo perturbador aos seus trabalhos”.

A inquietação de Dias Barros provavelmente resultava do fato de não ter sido ouvido. Não sabemos se os integrantes da Comissão tiveram acesso ou se interessaram em levantar informações sobre a existência de queixas anteriores,

¹⁶⁶ Antônio Dias BARROS. *Ofício N.º.12* encaminhado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1903, *apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.90-91.

¹⁶⁷ *Idem.*

¹⁶⁸ *Idem.*

mas, ao que parece, seu relato se baseou exclusivamente em impressões da visita ao hospício. A comissão abdicava assim de um de seus predicados: recolher as informações do diretor do estabelecimento visitado. Segundo a determinação do ministro:

“A comissão requisitará ao diretor do estabelecimento as providências e os esclarecimentos que dele dependerem e forem de mister para o bom desempenho dos trabalhos; e, quando aquele funcionário não puder satisfazer a requisição, por versar sobre assunto que escape à sua competência, a comissão deverá dirigir-se ao Ministério ao meu cargo.”¹⁶⁹

Em um primeiro momento, podemos imaginar que os membros da comissão não requisitaram ao diretor os esclarecimentos por acreditarem não serem eles necessários “para o bom desempenho dos trabalhos”. Essa possibilidade, contudo, se esvanece devido ao fato da comissão ter enviado, no dia 25 de dezembro de 1902, um “ofício-circular” para todo o pessoal superior da Assistência a Alienados que dizia o seguinte:

“A comissão nomeada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores para proceder a inquérito sobre as condições atuais da Assistência a Alienados no Hospício Nacional, necessitando de esclarecimentos para dar cumprimento à sua missão, vem solicitar-vos uma exposição escrita, minuciosa quanto possível, sobre o estado da seção que dirigis, indicando os reparos que a mesma exige, as irregularidades que tenham ocorrido entorpecendo a boa marcha do serviço, enfim, tudo quanto possa interessar ao bom funcionamento da seção a vosso cargo. Convencida de que não lhe negareis vossa valiosa coadjuvação, Subscrive-se, etc.”¹⁷⁰

Cabe notar que os primeiros a responderem o ofício-circular, os médicos Teixeira Brandão e Márcio Nery, o fizeram no dia 27 de dezembro, dois dias depois da solicitação. Isso quer dizer que, por certo, os membros da Comissão não esperaram a resposta do diretor para relatarem ao ministro o estado das crianças. O ofício-circular diz que o “relato escrito” seria necessário para que eles pudessem “dar cumprimento à sua missão”. Entretanto, como vimos, os membros da comissão de inquérito seguiram adiante em sua missão sem a “coadjuvação” do diretor. Talvez não a considerassem suficientemente “valiosa”.

¹⁶⁹ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores abril de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p.260.

¹⁷⁰ *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*, 1903, p.4.

A revelia das queixas e dos atritos entre o diretor e a comissão, as obras para sanar o problema, sob ordem do ministro, foram “tocadas com celeridade” e:

“A 8 de abril do ano findo [1903], inaugurou o diretor do Hospício Nacional o pavilhão Bourneville, que mandei construir, destinado a receber as crianças recolhidas a este estabelecimento, e que até então viviam em promiscuidade com os adultos insanos das diversas seções do manicômio. É desnecessário encarecer o fato dessa criação, diz o diretor, porque isto era reclamado, há muito pela menos exigente ética profissional. O serviço clínico, confiado provisoriamente ao dr. Joaquim de Oliveira, passou a ser desempenhado pelo dr. Antonio Fernandes Figueira, nomeado pediatra, pela reforma da Assistência a Alienados.”¹⁷¹

A inauguração da nova seção do Hospício Nacional de Alienados se deu com Juliano Moreira à testa do hospício. Entre outros detalhes, o ministro J.J. Seabra chega a registrar um comentário que atribui ao novo diretor que, sem ser elogioso, antes reafirma o tardar da inauguração de um pavilhão “há muito” reclamado. Mas esse já era outro momento, a comissão já tinha terminado sua missão e Dias Carneiro não mais respondia pelo Hospício Nacional de Alienados.

Podemos notar o arbítrio da república para tocar o seu projeto alienista. Em reação à crise, instaurou-se um inquérito que teria a finalidade de diagnosticar o estado dos estabelecimentos e prescrever as devidas soluções. Ao que parece, o projeto de reforma já estava pronto e pouco espaço haveria para participações ou interferências. A reforma seria de cima para baixo. Por mais obstinadas que fossem as queixas de Dias Barros, o projeto alienista parecia naquele momento prescindir dos alienistas, ou pelo menos daqueles que não faziam parte do grupo que seria responsável por levar avante as reformas no alienismo no Brasil.

3.2

O relatório

¹⁷¹ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores em março de 1904. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p.326.

Em relatório enviado ao presidente da república em março de 1903, o ministro J.J. Seabra informava que:

“terminados os trabalhos da comissão por mim nomeada para proceder a inquérito sobre as condições da assistência a alienados, e constituída pelos drs. Salles Guerra, Carlos Eiras e Antônio Maria Teixeira e farmacêutico Francisco Manoel da Silva Araújo, dirigi a cada um destes aviso do teor seguinte:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Diretoria do Interior – 1ª seção – Rio de Janeiro, 17 de abril de 1903.

Foi-me presente o relatório da comissão, de que fazes parte, nomeada, por aviso de 16 de dezembro de 1902, afim de proceder a inquérito sobre as condições atuais da assistência a alienados no Hospício Nacional, serviço este que se tornou extensivo às Colônias por aviso de 22 de janeiro último.

O referido relatório, minucioso, completo, cuidadosamente elaborado, mostra os desinteressados esforços com que a comissão serviu à causa pública, no desempenho do árduo encargo confiado à sua competência.

Tomando da devida consideração os valiosos subsídios ministrados naquele documento, tenho adotado as medidas a meu alcance para melhorar a Assistência; e ao Sr. Presidente da República solicitei, no relatório deste ministério, as que ainda são necessárias para que, de modo cabal, possa preencher o seu fim tão útil instituto.

Para dar-vos uma prova de merecido apreço pela vossa colaboração nos trabalhos de que se trata, não dispõe o Governo de outro meio que não seja afirmar o seu reconhecimento. – Saúde e fraternidade.”¹⁷²

Após quase três meses, a missão de Antônio Maria Teixeira, Carlos Fernandes Eiras, Egydio de Salles Guerra e F. M. da Silva Araújo tinha chegado ao seu final. Por intermédio do ministro da justiça, o governo manifestava o seu “apreço” pelo trabalho da comissão. Destaca-se que, além de “minucioso, completo, cuidadosamente elaborado”, os trabalhos da comissão, sintetizados em seu relatório, eram também elogiados por serem “desinteressados”. Aparentemente a avaliação positiva de Seabra também se devia ao fato da comissão por ele nomeada ter resistido incólume às pressões dos inúmeros interesses que se entrecruzavam na Assistência a Alienados e faziam com que a função como membro da comissão de inquérito se tornasse, antes de tudo, um “árduo encargo”.

¹⁷² Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores em março de 1904. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p.327-8.

O resultado final era o *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*. O documento é constituído por 107 páginas divididas em duas partes: “Relatório” e “Documentos”. Na primeira parte há o relato avaliativo e propositivo resultante das várias visitas, inclusive noturnas, que os membros fizeram ao hospício e às colônias. Na segunda parte temos as cartas com as respostas dos médicos aos questionamentos surgidos durante o inquérito e tabelas com dados que comprovariam algumas das afirmações contidas tanto no relatório quanto nas cartas dos médicos.

Nosso foco nessa seção será a primeira parte do documento final apresentado pela comissão de inquérito, a seção “Relatório”. Nosso interesse será analisar em que medida os “desinteressados esforços com que a comissão serviu à causa pública” são por vezes condicionados por valores, crenças e juízos pré-concebidos. Dessa forma, consideramos que o “Relatório”, além de fornecer um inventário de ideias em torno do alienismo, também oferece “alguns pontos de vista incomuns, que podem ser os mais reveladores”¹⁷³. Nesse sentido, a partir do que sugere Robert Darnton, tentaremos “descobrir a dimensão social do pensamento e extrair a significação de documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho”¹⁷⁴. Por certo muito do que encontraremos a seguir será, aos nossos olhos, considerado estranho. Mas talvez por isso mesmo buscar entender sua lógica seja conveniente, e tão sedutor.

Em uma breve introdução, os membros da comissão afirmam ter observado “a maior imparcialidade” nas considerações que lhes “parecem indispensáveis” para “atenuar ao menos o estado precário em que se encontra o Hospício Nacional presentemente”¹⁷⁵. Podemos perceber que logo em seu início o documento denota a pouca atenção que dará às colônias da Ilha do Governador. O

¹⁷³ Robert DARNTON. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução de Sônia Coutinho, Rio de Janeiro: Graal, 1986. “Apresentação”, p.XVII.

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁵ *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*, 1903, p.3.

esforço da comissão seria o de “penetrar a vida íntima do hospício e perscrutar as causas de sua decadência”¹⁷⁶.

O primeiro item que a comissão aborda em seu relatório é o que se refere à promiscuidade no hospício. Nesse sentido,

“Teve então ocasião de verificar, tanto na seção dos homens como na das mulheres, a maior promiscuidade, entre alienados pensionistas, pagando diária elevada, e indigentes, entre crianças e adultos; ao lado de indivíduos de educação, até diplomados, encontram-se representantes das últimas camadas sociais, até criminosos, traindo a baixa origem pelo desbragamento de palavras e gestos.”¹⁷⁷

Ao que parece, o interesse pela organização clínica se mesclava com uma crescente aversão da elite letrada aos costumes tidos como desbragados das camadas populares. Ao registrar que os “indivíduos educados” e os “representantes das últimas camadas sociais” viviam lado a lado, a comissão manifestava seu incômodo menos com questões médicas ou científicas do que com uma reprovável mistura social.

São muitas as análises que se destinam a compreender as características e idiossincrasias da sociedade brasileira em sua histórica aversão pela igualdade. Consideramos que o conceito de “boa sociedade”, desenvolvido por Ilmar Rohloff de Mattos, pode nos ajudar a melhor compreender os mecanismos que contribuíram para a avaliação da Comissão acerca da “promiscuidade” com a qual se deparou:

“Recordando a Sociedade Imperial em meados do século passado, Francisco de Paula Ferreira Resende dizia ser ‘inteiramente aristocrático o sentimento que então dominava’, enfatizando que ‘não só as diversas raças nunca se confundiam mas que muito pelo envez disso, cada raça e cada uma das classes nunca deixavam de mais ou menos manter e conhecer o seu lugar’. Ora, sem dúvida, era este sentimento aristocrático que referenciava os diferentes critérios que permitiam não só estabelecer distinções – entre a ‘flor da sociedade’ e a ‘escória da população’, no dizer do Timandro, por exemplo -, mas também e antes de mais nada hierarquizar os elementos constitutivos da sociedade – cada qual e todos ‘nunca deixavam de mais ou menos manter e conhecer o seu lugar’.”¹⁷⁸

¹⁷⁶ Idem, p.4.

¹⁷⁷ Idem, ibidem.

¹⁷⁸ Ilmar Rohloff de MATTOS. **O Tempo Saquarema**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p.126.

Não somente as classificações sociais estavam na pauta de análise da comissão. As classificações nosológicas, ou sua falta, também preocupavam os membros da comissão.

“se não há classificação e conseqüente separação dos alienados, segundo as condições sociais e as idades, também não há conforme as espécies nosológicas, nem sob ponto de vista psiquiátrico, nem sob o ponto de vista patológico geral. [...] Tratam-se na mesma enfermaria doentes de moléstias infecto-contagiosas e de moléstias cirúrgicas [...]”¹⁷⁹

Podemos perceber que ao percorrerem os corredores e seções do Hospício Nacional de Alienados, os membros da comissão eram orientados pela lógica taxionômica. Daí a surpresa quando ali encontraram um cenário que lhes pareceu desorganizado. Hammouti e Íñiguez nos lembram que os conceitos, as definições e as taxinomias são sempre gestadas nas práticas cotidianas e, por isso, nunca são universais¹⁸⁰. Dessa forma, podemos aceitar que as taxonomias estariam condicionadas à história e à cultura de uma sociedade.

Assim, tanto no caso da promiscuidade social quanto no caso da promiscuidade entre as espécies nosológicas, a comissão denunciava as marcas de seu tempo. Na primeira avaliação, como vimos, sua repulsa denotava o que podia ser um sentimento aristocrático que exigiria de cada extrato social o exato conhecimento de seu lugar, mesmo em um hospício. No segundo caso, a denúncia de ineficaz classificação dos alienados em suas respectivas moléstias, aponta para o momento de consolidação do alienismo. Nesse sentido, cabe lembrar que um projeto de classificação psiquiátrica brasileira (ainda que orientado pelas prédicas europeias) somente seria levado a cabo no final da década de 1910, pela Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal. Conforme nos informam Cristiana Facchinetti e Ana T. Venâncio,

“o intuito para a elaboração do projeto brasileiro de classificação das entidades nosológicas era o de romper com as taxinomias que adotavam os métodos empregados pelas ciências naturais. O novo sistema reforçava a hegemonia das categorias de diagnósticos e dos modelos de classificação alemães, em especial de Kraëpelin, e propunha,

¹⁷⁹ *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*, 1903, p.5.

¹⁸⁰ N. E. HAMMOUT; L. ÍÑIGUEZ. “Construcionismo social e psicologia social”. In: J.B. MARTINS (org.). **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: RIMA; Curitiba: Fundação Araucária, 2002. p.127-156.

indiretamente, que as psicopatologias eram universais, podendo os modelos classificatórios europeus servir de modelo para os do Brasil.”¹⁸¹

Outro ponto que chamou a atenção da Comissão foi o estado de limpeza de algumas seções. Em visitas noturnas feitas ao hospício foi observado que após recolherem-se aos dormitórios lotados, os alienados “passam a noite em esteiras infectas estendidas no soalho”, em dormitórios lotados e “fechados por fora”. Não havia água para beber e caso sentissem sede teriam “que bradar pelo rondante”. Na seção Pinel, a situação seria atenuada por um barril que tinha “por caneca uma lata de azeitonas, munida de alça móvel de arame”. Outras necessidades deveriam ser satisfeitas em baldes de zinco “cujo conteúdo pela manhã frequentemente transborda”, o que tornava o ambiente “insuportavelmente fétido”¹⁸².

Em seguida, quando os membros voltam suas impressões ao prédio, podemos notar que há uma espécie de contemplação que, por um lado, valoriza “sua grandeza antiga” e por outro lamenta os danos causados pelo abandono e o esquecimento.

“O Hospício Nacional, tanto pelo aspecto exterior como pelo interior, impressiona como um grande edifício abandonado e esquecido. De sua grandeza antiga resta o que a ação do tempo não pôde ainda danificar: a escadaria da entrada, as colunas e outras obras de cantaria; o vestíbulo de pavimento, ladrilhado de mármore, com as estátuas de Esquirol e Pinel. A espaçosa escada central, em três lances, que conduz à capela, iluminada por grandiosa claraboia, ainda guarda em parte, a aparência monumental do edifício. De conservado apenas restam as salas do serviço administrativo”¹⁸³.

O que se destaca nessa descrição do hospício é o fato de em nenhum momento citar o serviço clínico ou administrativo. Mais uma vez as questões médicas são deixadas em segundo plano em favor de uma forma peculiar de avaliar o estabelecimento. Assim, os membros da comissão recorrem aos adjetivos que denotam os aspectos do prédio (“grandeza”, “grandiosa”, “monumental”) a partir do viés estético. Importante lembrar que a arquitetura do hospício também

¹⁸¹ Cristiana FACCHINETTI, Ana Teresa A. VENANCIO. “Entre a psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil”. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, Vol. IX, Nº.1, março 2006. p.153.

¹⁸² *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*, 1903, p.6-7.

¹⁸³ Idem, p. 8.

era criticada por sua excessiva suntuosidade¹⁸⁴, mas quanto a isso a comissão não parecia se preocupar.

Ainda na descrição do prédio, o relatório aponta para a situação da capela e da sacristia

“A capela, fechada às práticas religiosas, serve hoje, no consistório e sacristia, de depósito de roupas, calçados, trabalhos manuais antigos, flores artificiais, bordados, etc., embora lá estejam ainda imagens de santos e os paramentos próprios do culto. Mesmo assim, depositam-se no corpo da capela os cadáveres dos pensionistas até o saimento.

A comissão não entrará em considerações metafísicas sobre tão delicado assunto. Sabe que está separada a Igreja do Estado; mas pensa que deve perdurar o respeito das conveniências e das crenças da maior parte da nossa população.”¹⁸⁵

Ao que nos parece, mesmo indiretamente, a comissão defende a reativação da antiga capela. Mesmo convertida em depósito, a antiga capela parecia ainda cumprir parte de sua anterior função no hospício uma vez que os corpos ficavam ali enquanto aguardavam derradeiro “saimento”. Seria próximo, ou sob a proteção das imagens dos santos, que os mortos deveriam passar seus últimos instantes no estabelecimento. Por certo, os membros da comissão não avançaram em “considerações metafísicas”, mas não deixaram de exigir para a questão o devido “respeito das conveniências” e das crenças.

Em outro momento, a comissão dá grande destaque para a farmácia onde trabalhavam, além do farmacêutico, um servente que já havia sido “internado do hospício”. A seção carecia de segurança, não havia “armário especial, fechado, para alcaloides e princípios ativos venenosos” e a falta de ordem nos registros trazia o risco de trocas de substâncias nas receitas. As carências eram reconhecidas pelo próprio farmacêutico que

“mostrando à comissão uma gaveta com grande número de receitas, declarou que da farmácia saíam medicamentos até para pessoas estranhas ao hospício. Efetivamente viu a comissão receitas avulsas de médicos, de

¹⁸⁴ Lilia Moritz SCHWARCZ afirma que “a arquitetura do hospício seria questionada, uma vez que, segundo as concepções vigentes – pautadas numa ciência asséptica – não era de bom tom tamanha demonstração expressa em construção tão suntuosa”. _____, “O homem da ficha antropométrica e do uniforme pandemônio: Lima Barreto e a internação de 1914”. **Sociologia & Antropologia**, Vol.01, Nº.01, 2011, pp.119-150. p.120.

¹⁸⁵ *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*, 1903, p.8.

internos, de enfermeiros, pedidos de remédios, atestando a facilidade com que os medicamentos são drenados para fora da farmácia em proporções desconhecidas, por falta de registro.”¹⁸⁶

A responsabilidade pela inexistência de um arquivo foi atribuída ao ex-almoxarife Oscar Costa Braga. Segundo o farmacêutico, faltava espaço para o arquivo que “confiado ao almoxarife de então [...] desapareceu quase tudo”. Entre os livros de registro apresentados, o mais atualizado trazia dados de agosto de 1902. Os demais, seis ao todo, além de incompletos, faltavam-lhes folhas.

Segundo o farmacêutico, após “reclamações de alguns facultativos” sobre o preparo dos reagentes químicos, o diretor mandou que estes viessem “já preparados da drogaria”. A solução foi condenada pela comissão que percebia nessa determinação alguns “inconvenientes”: “um reagente sensível precisa ser preparado com grande cuidado, e sob este ponto de vista não se pode confiar no das drogarias; além disso fica por preço mais elevado”¹⁸⁷. Convém destacar o fato de um dos membros da comissão ser dono de laboratório talvez tenha contado para abalizar as avaliações acerca do serviço de farmácia.

Quanto ao espaço físico ocupado pela farmácia, ele contava com

“uma sala principal, espaçosa, e dois compartimentos de pequenas dimensões; em um destes, que é corredor de passagem, depositam-se drogas e macerações, no outro acham-se instalados diversos aparelhos indispensáveis à toda farmácia.”¹⁸⁸

Para os membros da comissão, essa disposição ofereceria riscos, uma vez que

“No corredor de passagem, depósito de drogas, que dá para um pátio interno e por onde transitam loucos, acham-se armários, sem fechaduras, e em estantes abertas, ao alcance de quem passa, medicamentos de grande energia tóxica [...]. Fato tanto mais censurável quanto o próprio farmacêutico refere, em sua exposição, o caso de um louco já ter ingerido cristais de sulfato de cobre, ao passar por este corredor.”¹⁸⁹

Por fim, a comissão levanta uma grave denúncia contra o farmacêutico. A acusação não atacava sua competência, mas a suposta má fé do funcionário. Uma receita havia sido mal elaborada por um dos internos do hospício, havia se

¹⁸⁶ Idem, p.14

¹⁸⁷ Idem, p.15

¹⁸⁸ Idem, p.13-14

¹⁸⁹ Idem, p.16

confundido com a quantidade de um dos ingredientes: 15 gramas em vez de 15 decigramas. O farmacêutico, mesmo sabendo “perfeitamente” que a prescrição estava errada executou-a “propositalmente” com o intuito de “escarnecer quem a formulou”¹⁹⁰.

A queixa do interno, que tem seu nome preservado pela comissão, foi redigida no “livro do receituário, logo abaixo da referia receita”: “O sr. farmacêutico devia devolver o receituário para que fosse modificado o patente engano e não proceder malevolamente como fez, denotando perversão de sentimentos”. A comissão também afirmou que havia sido levado a seu conhecimento “que as páginas arrancadas dos livros da farmácia continham reclamações dos facultativos sobre a preparação dos medicamentos”¹⁹¹.

O farmacêutico negou as acusações e apresentou “à comissão vários documentos exaltando sua capacidade, zelo e outras qualidades como profissional e como cidadão”. Esses documentos são dois atestados do ex-diretor Pedro Dias Carneiro, sendo que em um deles o ex-diretor afirmava ter recebido “boas referências” de Teixeira Brandão e cartas de três médicos do hospício, Lucio de Oliveira, Henrique Roxo e Marcio Nery¹⁹².

Talvez seja conveniente perceber na descrição do serviço de farmácia e nas *picuinhas*¹⁹³ entre o farmacêutico e o interno, algumas características do cotidiano do hospício. Primeiramente, nos chama atenção o fato de um antigo paciente auxiliar nos trabalhos daquela seção. Alguns autores nos oferecem exemplos de como o trabalho não terapêutico nos hospícios se apresentavam aos pacientes, ou ex-pacientes, como uma oportunidade de desfrutar de um lugar social menos vulnerável aos rigores do alienismo.

Yonissa Marmitt Wadi nos lembra da história de Pierina, uma interna do Hospício São Bento, na cidade de Porto Alegre (RS), que, em carta aos médicos

¹⁹⁰ Idem, ibidem.

¹⁹¹ Idem, ibidem.

¹⁹² Idem, p.17.

¹⁹³ Em sua análise sobre os conflitos internos da Junta Central de Higiene, Sidney Chalhoub considera que “à primeira vista, parece tolice relatar essas picuinhas entre funcionários subalternos. Mas, como já dizia Shakespeare, ‘There is history in all men’s lives’ [Há história na vida de todos os homens]. Pois é, e então tais picuinhas nos ensinam alguma coisa”. _____. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.37.

que lhe tratavam, solicitava: “Se os senhores me desse um empreginho aqui, no hospício, de ganhar um 15 mil réis, por mês, pra mim chegaria”¹⁹⁴. Lilia Ferreira Lobo, por sua vez, destaca um registro de 1905¹⁹⁵, que encontra no Hospício Nacional de Alienados uma enferma que se tornou “enfermeira” da seção de crianças. São belas linhas que consideramos conveniente transcrever:

“A história dessa boa mulher é simples e comovedora. ‘Tia Ana’ entrou ali, enferma, há muitos anos; mas nunca a enfermidade lhe alterou a sobre-humana bondade; e, em breve, quando lhe confiaram as crianças, ela começou a amá-las, a trata-las como filhas, dando-lhes todos os cuidados, e pondo nesses cuidados toda a inteligência de que é capaz o seu pobre cérebro doente. As meninas têm hoje enfermeiras solícitas e instruídas, verdadeiras preceptoras que as zelam e educam: mas a sua enfermeira predileta, a sua querida e preferida preceptora, ficou sendo a boa e velha cabocla, a meiga mulher, que não sabe ler nem escrever, que é doente como elas, que as entende bem e cujo coração possui uma ciência especial, toda feita de bondade e de ternura... Ultimamente, o diretor comunicou à ‘tia Ana’ que lhe ia mandar abonar uma pequena gratificação mensal, para compensar o seu trabalho... Mas ‘tia Ana’ nem quis ouvir o resto da frase; teve uma revolta instintiva; ofendeu-se, protestou e, na sua ‘meia língua’ confusa, perguntou: - ‘Desde quando as mães recebem paga pelo carinho com que tratam as filhas?!...’”¹⁹⁶

Não sabemos muito sobre o servente da farmácia. Seu nome e demais informações sobre sua vida se perderam “na vala comum do esquecimento reservado aos infames da história”¹⁹⁷. Contudo, a referência a este personagem nos ajuda a encontrar, em meio às relações marcadas pela dominação e disciplina, possíveis espaços de negociação onde os que foram considerados incapazes (re)encontraram um lugar entre os capazes.

Outro ponto que destacamos é o entrevero entre o farmacêutico e o médico. Talvez não seja descabido consideramos que o preparo de medicamentos pode nos servir como uma metáfora da ciência médica. Assim, se por um lado ele exige fórmulas, medidas e ingredientes definidos por critérios objetivos, por outro o resultado final sempre vai depender de como os homens irão manejá-los. No episódio aqui analisado, o manejo equivocado de uma fórmula desencadeia um

¹⁹⁴ Yonissa Marit WADI. “Médicos e loucos no sul do Brasil: um olhar sobre o Hospício São Pedro de Porto Alegre/RS, seus internos e as práticas de tratamento da loucura (1884-1924)”. **Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia**, Vol. LX, jul.- dec., 2008. p.70.

¹⁹⁵ Trata-se do artigo de Olavo Bilac intitulado “No Hospício Nacional”, publicado em fevereiro de 1905, na *Kosmos Revista Artística, Científica e Litteraria*.

¹⁹⁶ Lilia Ferreria LOBO. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2008. p.406-7.

¹⁹⁷ Idem, p.406.

conflito nada pautado em critérios objetivos. Ao contrário, no ramerrão das queixas encontramos fortes marcas de subjetividade. Tão relevantes quanto aqueles mensuráveis em gramas ou decigramas, ingredientes intangíveis como “boa fé”, “confiança” e “perversão de sentimentos” faziam parte da receita do cotidiano do hospício.

Cabe ainda destacar que quando o farmacêutico buscou argumentos para se contrapor às acusações, o fez através de cartas assinadas por médicos do hospício. Suas “qualidades como profissional e como cidadão” seriam aferidas por pessoas que supostamente desfrutavam de prestígio suficiente que as habilitavam para tal chancela. Temos, então, um exemplo de como, no início do século XX, noções como cidadania e profissionalismo, antes de representarem prerrogativas concretas do indivíduo, mais pareciam epítetos. Resultado de uma lógica social fortemente marcada pela assimetria e pela hierarquia.

Em sua visita à secretaria, “a comissão teve o desgosto de encontrar acumulados, no chão, em um canto da vasta sala [...], papéis de valor e livros referentes à doentes do hospício”. Algumas “papeletas e demais papéis dos enfermos”, mesmo “numerados e guardados em pastas nos armários”, não apresentavam a “devida ordem, notando-se falta de documentos”¹⁹⁸. Alguns documentos, além de mal organizados, eram mal preenchidos:

“Soube a comissão que as enfermas L. da C., M. de tal [sic.], R. M. da C. e E. C. de O., em tratamento no hospício desde 23 de setembro, 20 de outubro de 1892, 20 de maio e 20 de julho de 1893, isto é, há 10 anos, em janeiro do corrente ainda não estavam matriculadas, não obstante o despacho exarado pelo diretor de então, no verso de cada uma das respectivas papeletas de observação.

Soube mais que a papeleta que se diz de matrícula da enferma Q. M. I. do R., internada no hospício a 13, e matriculada, a 27 de outubro de 1892, e ainda em tratamento na seção Esquirol, não é uma papeleta de matrícula, mas de observação como se verifica do despacho exarado no verso da mesma.”¹⁹⁹

Para a comissão, a situação demandava urgente solução uma vez que “como estes, outros fatos estão reclamando providências imediatas pela gravidade de que se revestem e pelas compreensíveis consequências que podem ter”. Essas

¹⁹⁸ *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*, 1903, p.18.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*. Grifo no original.

consequências, resultantes do mau preenchimento da documentação dos enfermos, daria motivo para troca de acusações entre alienistas do hospício, o que veremos na próxima seção desse capítulo.

Alguns episódios esdrúxulos também ganham espaço no relatório. Quando se referem ao pessoal subalterno, os membros da comissão consideram que estes, “com a falta de fiscalização”, foram “gradualmente adquirindo hábitos de dirigir, de deliberar por si” e adotaram “práticas que ofendem os sentimentos de uma sociedade culta”. Dessa forma, passaram a tratar sem o devido “respeito” os alienados. Daí o caso em que um alienado foi “lavado, completamente nu, em pleno terraço, em manhã chuvosa, diante de seus companheiros e de uma criança” e de “lutas corporais entre alienados”. O episódio mais escabroso fica para o final: uma troca de cadáveres. O fato havia ocorrido no mês de novembro de 1902, pouco antes da instauração do inquérito:

“Deviam ser sepultados no mesmo dia dois cadáveres: o de uma mulher, pensionista, falecida no hospício, para quem os parentes tinham preparado enterro modesto; e o de um homem, indigente, autopsiado no pavilhão de observação, que ia ser transportado para o cemitério no caixão que, para este mister, existe no estabelecimento.

Foi grande a surpresa no cemitério de S. João Baptista quando, supondo encontrarem no caixão o cadáver de um homem mutilado, como se depreendia as guias, os empregados depararam com o cadáver intacto de uma mulher!”²⁰⁰

Em sua maioria, os funcionários subalternos da assistência a alienados eram oriundos das classes pobres. Assim, não chega a surpreender a avaliação dos membros da comissão de inspeção. Para eles, esse grupo de trabalhadores deveria ser submetido à constante “fiscalização”, uma vez que, se agissem “por si”, consequentemente adotariam comportamentos que ofenderiam os “sentimentos de uma sociedade culta”. Esse temor indica uma visão elitista (talvez condicionada pela herança escravagista) que, não raro, concebia a sociedade bipartida entre cultos e incultos, sendo que os últimos serviam somente para trabalhar, mas sob vigilância²⁰¹.

²⁰⁰ Idem, p.20. Grifo do original.

²⁰¹ Adalberto Moreira CARDOSO. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

O olhar da comissão também se volta para os médicos e internos responsáveis pelo serviço clínico. Primeiramente ela ressaltou o “espírito caritativo e [...]os] esforços de alguns médicos para melhorar os respectivos serviços”, porém, não se furtou de também relatar suas avaliações negativas. Uma delas se voltava sobre a péssima caligrafia que “só pessoas muito traquejadas na leitura desses caracteres conglomerados, que fazem lembrar hieróglifos, poderão decifrá-los”²⁰².

A frequência dos médicos ao hospício também era cobrada, “há talvez um pouco que arguir no que se refere à assiduidade”, assim como algumas estratégias dos médicos para burlar suas atribuições:

“Combinaram entre si os clínicos do hospício um só passar cada domingo a visita nas quatro seções, sucedendo-se cada um por sua vez. Dado o número avultado de doentes, essa combinação não pode ter resultados profícuos, tanto mais se faltar o médico a quem tocar a vez no domingo, o que já tem sucedido, ficam os 900 doentes sem visita médica.”²⁰³

Quanto aos internos que, pelo regulamento, deveriam ser estudantes da Faculdade de Medicina que já tivessem prestado exame no terceiro ano, também havia irregularidades. Primeiramente, o número de seis internos contrariava o total de dois, previsto por lei. Eles também eram irregularmente remunerados. Seus proventos advinham do arrendamento irregular de um capinzal localizado nos terrenos do hospício, prática condenada pelo Código de Posturas Municipais. Havia ainda o caso de um interno que não tinha documentação que comprovasse ser ele estudante de medicina. A comissão reconhecia que deveria haver remuneração e um número maior de internos sem que houvesse, contudo, a “violação do regulamento em vigor”²⁰⁴.

Como pudemos ver, para a comissão de inspeção somente havia ressalvas nos casos dos médicos que demonstravam “espírito caritativo”. Segundo acreditava, esta seria uma das qualidades que contariam para melhorar o serviço prestado. Percebemos aí uma concepção que enaltecia o médico mais por sua caridade do que pelo seu ofício.

²⁰² *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*, 1903, p.10.

²⁰³ *Idem*, *ibidem*.

²⁰⁴ *Idem*, *ibidem*.

Sobre os enfermeiros, somente uma frase em todo o relatório: “Das escolas para instruir enfermeiros, de que também cogita o regulamento, nem vestígios restam”²⁰⁵. O pequeno espaço destinado no relatório contrasta com a publicidade dada ao tema à época. A questão dos enfermeiros sempre foi um desafio para a Assistência a Alienados. Com a definitiva desanexação do Hospício Pedro II da Santa Casa de Misericórdia²⁰⁶ e a subsequente saída das Irmãs de Caridade, a assistência se encontrou diante de um problema: a falta de enfermeiros.

A primeira iniciativa para resolver o problema foi criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, anunciada em Diário Oficial de 1º de outubro de 1890. O problema era que, segundo o currículo do curso, a escola formaria sua primeira turma somente em dois anos. Como a assistência não poderia esperar tanto, a solução encontrada foi a contratação de enfermeiras francesas. A vinda das primeiras cinco enfermeiras para o Hospício Nacional de Alienados foi noticiada no *Jornal do Commercio* em 9 de outubro de 1890.

“o Ministro do Interior Declarou ao encarregado de negócios do Brasil em Paris que farão aprovados os contratos celebrados em virtude do aviso de 12 de julho último pelo cônsul geral do Brasil naquela cidade com 5 enfermeiras para o serviço da seção de mulheres no HNA.”²⁰⁷

Concomitante à chegada das enfermeiras francesas, notava-se que não eram preenchidas as vagas na escola de enfermeiros. Segundo afirma Tiago Espírito Santo²⁰⁸, ao privilegiar a entrada das “meninas desvalidas”, a assistência não contou com o desinteresse dos pretores em encaminhá-las à nova escola²⁰⁹. Não surpreende assim o fato de que, em 20 de dezembro do mesmo ano, mais 15 enfermeiras francesas tenham chegado ao hospício. Em 1892, o trabalho das francesas era elogiado por prestarem-se “da melhor vontade e com todo o carinho ao serviço dos enfermos, tanto que tenho a maior satisfação em comunicar-vos que depois que o serviço está organizado convenientemente ainda não tive ocasião

²⁰⁵ Relatório p.29

²⁰⁶ Decreto nº 142, de 11 de janeiro de 1890.

²⁰⁷ *Jornal do Commercio*, 9 de outubro de 1890.

²⁰⁸ Tiago Braga do ESPÍRITO SANTO. *Enfermeiras francesas na capital do Brasil (1890-1895)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2007.

²⁰⁹ Idem, p.104.

de repreendê-las”²¹⁰. Em 1893 a carência persistia. As enfermeiras eram em número insuficiente e a escola de enfermeiros não avançava:

“conforme já havia sido determinado em aviso de 15 de abril, o Ministério da Justiça, recomendei de novo, em 20 de outubro, aos pretores que fizessem remeter, de preferência para a assistência médico-legal de alienados, as órfãs e menores desvalidas a fim de cursarem a escola Profissionais de Enfermeiras.”²¹¹

Essa dificuldade em formar as turmas para o curso da Escola de Enfermeiros justificou nova contratação de mais 20 enfermeiras francesas em abril de 1893, para cumprir contrato de dois anos. Durante a década de 1890, esforços intermitentes para fazer funcionar de fato a escola de enfermeiros foram acompanhados do abandono do projeto reforçar o contingente das enfermeiras francesas. As poucas que ficaram ainda eram em número deficitário.

Dessa forma, já em 1902, encontramos queixas como a de Marcio Nery, responsável pela seção Pinel, que afirmava serem os enfermeiros do hospício “analfabetos e boçais em grande maioria”²¹². Lucio de Oliveira, responsável pela seção Esquirol, lamentava que não tivesse “sido levada avante a ideia da criação de escolas para enfermeiros, onde se pudesse ir buscar pessoal idôneo para o serviço”²¹³. O responsável pela seção Cameil, Chagas Leite, considerava “da mais urgente necessidade a execução do regulamento no que se refere à escola de enfermeiros”²¹⁴. Braule Pinto, diretor das colônias da Ilha do Governador, destacava ainda que “os enfermeiros são nomeados pelo diretor [...] acontecendo muitas vezes ser admitido um indivíduo ignorante”²¹⁵.

A intermitência nas atividades da escola de enfermeiros e a morosidade com que o governo buscava alternativas às demandas por estes profissionais, provavelmente contribuíram para que somente uma frase sobre o assunto tenha sido destinada pela comissão de inquérito. Como vimos, no período em que

²¹⁰ Idem, p.118. Trata-se do relatório de Teixeira Brandão, então diretor do Hospício Nacional de Alienados.

²¹¹ *Relatório apresentado ao vice-presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Fernando Lobo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores em abril de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. p.361-2.

²¹² *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*, 1903, p.43.

²¹³ Idem, p.45.

²¹⁴ Idem, p.49.

²¹⁵ Idem, p.55.

ocorreu o inquérito, a escola de enfermeiros estava inativa. O problema da formação regular de enfermeiros somente seria encarado com mais eficácia a partir de 1923, com a criação da escola Anna Nery.

Ao contrário da questão dos enfermeiros, as condições higiênicas ganharam grande destaque no relatório. Os membros da comissão lamentavam o fato de que “o hospício ocupa sempre no obituário desta capital posição tristemente saliente”. A referência fazia alusão à epidemia de cólera que havia ocorrido nos anos de 1894 e 1895; aos “frequentes” casos de febre amarela e beribéri e aos “frequentíssimos” casos de tuberculose²¹⁶. Aqui podemos perceber a aflição da comissão diante de um quadro que não era exclusividade do hospício. Não era novidade naquele momento o fato de que o Rio de Janeiro não desfrutava das condições mais favoráveis no que se refere à salubridade. Desde meados do século XIX foram implementadas várias estratégias que visavam a melhoria das condições higiênicas da cidade.

Com o avançar do tempo consolidava-se o “processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia”²¹⁷. A partir da republica, a ação saneadora, levada adiante pelos engenheiros e médicos, tomou como estandartes conceitos como civilização, ordem, progresso, beleza, limpeza²¹⁸. Com efeito, o olhar da comissão assumiu, por diversas vezes, esse cacoete higienista.

Nessa perspectiva, a despensa tinha “suas dependências claras e limpas”, a cozinha foi descrita como “pouco aseada, toda engordurada” e “fartamente frequentada por moscas e moscardos”, situação essa que teria influência “na etiologia das disenterias [...] tão frequentes no hospício”. O refeitório era “pouco cuidado” e as latrinas eram “todas de tipo obsoleto” e inexistentes em alguns pátios e seções. Assim, em um estabelecimento onde a “disenteria parece ser endêmica”, alguns alienados, “quando precisam [utilizar as latrinas], invadem o pátio da seção vizinha e, muitas vezes, para alcançarem-nas têm de entrar em luta corporal com os companheiros”. Por fim, a lavanderia encontrava-se “em ruínas”;

²¹⁶ Idem, p.23.

²¹⁷ Sidney CHALHOUB, *op. cit.*, p.35.

²¹⁸ Idem, *ibidem*.

as estufas para a desinfecção de roupas não era utilizada e exercia função “puramente ornamental”²¹⁹.

Como sabemos, a partir de janeiro de 1903, as Colônias passaram a fazer parte do inquérito e deveriam também ser inspecionadas. E a avaliação é positiva: “Estão todos os livros na maior ordem e escriturados com todo o método”²²⁰; as edificações “impressionam agradavelmente pelo estado de limpeza em que se acham”; “em toda parte o mais apurado asseio”; sobre a farmácia, a impressão “foi excelente”. A avaliação se baseava na comparação: “A comissão, talvez ainda com as más impressões da secretaria do hospício, foi agradavelmente surpreendida pela ordem e método em que tudo se encontra de quando indagou a comissão, obteve prontamente informações precisas e cabais”²²¹.

Ao destinar somente quatro páginas para registrar as impressões sobre as colônias da Ilha do Governador, a comissão deixa claro que o foco do inquérito era mesmo o Hospício Nacional de Alienados. Antes de serem destacadas em suas especificidades, as colônias são tomadas como contraponto ao hospício. Mesmo do outro lado da baía de Guanabara o hospício era usado como medida-padrão para a comissão. Interessante destacar, nesse sentido, o fato de que, quando propõe as soluções para melhorar a assistência a alienados, nenhuma destas tinha como modelo as impressões colhidas na Ilha do Governador.

Após terminadas as páginas avaliadas como uma “sucinta resenha dos tristes fatos que presenciou”, a comissão passou a “expor, sumariamente, as medidas” que considerava convenientes para melhorar as condições da Assistência a Alienados²²². As recomendações são em sua maioria direcionadas ao Hospício Nacional de Alienados, o que a essa altura já não chega a surpreender, tanto que as colônias da Ilha do Governador sequer são citadas.

²¹⁹ *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*, 1903, p.23.

²²⁰ *Idem*, p.24.

²²¹ *Idem*, p.25.

²²² *Idem*, p.29.

Entre as medidas propostas, a primeira era a reativação da escola de enfermeiros: o tratamento dos alienados necessitava de “pessoal bom”. Entretanto, era necessário observar o equilíbrio entre o número de enfermeiros e o número de internados, sendo as proporções ideais a de 1 para 10, “nos casos das psicoses agudas” e 1 para 20 “na parte hospitalar”. Logo, o hospício, com “cerca de 900” internados, deveria, “no máximo, comportar 500 doentes”²²³.

No que se refere aos alienistas, estes “devem ser bem remunerados”, ou antes, “remunerados na proporção do trabalho”. Para a comissão, os riscos implicados no tratamento dos alienados eram, por vezes, indevidamente minimizados, mas “só quem desconhece a árdua tarefa do alienista em um manicômio, supõe fácil a sua missão”. O texto recorre a uma citação sem a devida referência onde se afirma que “ao começar sua visita hospitalar nunca tem certeza o médico de asilo se a terminará com vida”²²⁴.

Entre as reformas regulamentares, a comissão aponta três “que estão exigindo imediata execução”. A primeira deveria garantir “autonomia absoluta” ao Pavilhão de Observações, pois “só deste modo se evitarão os atritos” resultantes da ingerência²²⁵. A segunda se refere à admissão de enfermos e sua relação com a superlotação do hospício. Por fim, a terceira “reforma urgente”²²⁶ consistiria

“na criação de uma comissão fiscalizadora, com atribuições para dirimir questões da administração, intervindo com seus conselhos nas demais dúvidas que possam surgir e exercendo vigilância constante, de modo a tornar uma realidade a execução do regulamento e mais deveres que estabelecimento de tal ordem deve preencher.”²²⁷

Acreditava a comissão que os atos do diretor deveriam “ser fiscalizados”. A comissão ressalta que “em toda a parte é esta vigilância dos asilos feita por inspetores especiais, ou por comissões de tal fim incumbidas”²²⁸.

²²³ Idem, p.32.

²²⁴ Idem, p.33.

²²⁵ Veremos na próxima seção exemplos de “atritos” relativos à autonomia (e seus limites) do Pavilhão de Observações.

²²⁶ *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador*, 1903, p.36.

²²⁷ Idem, ibidem.

²²⁸ Idem, p.32.

Podemos notar que, terminado o inquérito, os membros da comissão estavam convencidos de que a missão de inspecionar não deveria ser um episódio eventual como foi o inquérito. Antes, a fiscalização deveria fazer parte da assistência. Segundo sugerem, sua função não seria somente consultiva, ela poderia decidir de forma terminante questões administrativas. Ainda que não deixasse claramente explicitadas quais seriam as “atribuições para dirimir questões da administração”, percebe-se que, para a comissão, havia a necessidade de dotar a comissão fiscalizadora de poderes maiores que o de simplesmente fiscalizar.

3.3

As cartas e o libelo

A segunda parte do *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e colônias da Ilha do Governador* se chama “Documentos”. Como já foi dito, ela traz as cartas com as respostas dos médicos aos questionamentos surgidos durante o inquérito e tabelas com dados que comprovariam algumas das afirmações contidas tanto no relatório da comissão quanto nas cartas dos médicos.

Como também foi dito, as cartas respondiam a uma solicitação da comissão, datada de 25 de dezembro de 1902. Teixeira Brandão e Marcio Nery, responsáveis, respectivamente, pelo Pavilhão de Observações e pela seção Pinel, foram os primeiros a responder e o fizeram no dia 27 de dezembro. Em seguida, no dia 28, foi a vez de Lucio de Oliveira, da seção Esquirol. Francisco de Sá Ferreira, da seção Morel, respondeu no dia 30 e Chagas Leite no dia 01 de janeiro. Domingos Niobey, do gabinete eletroterápico, e o farmacêutico Américo Rapozo, dias 04 e 07 do mesmo mês. E o almoxarife Euzebio de Queiroz no dia 13. As últimas cartas são do mês de fevereiro, são de Dias Barros e Braule Pinto, nos dias 11 e 12.

No geral, as cartas trazem explicações acerca de problemas e reclamam por melhorias. Muito do que é aludido no “Relatório” aparece mais ou menos

explicado, corroborado ou negado. Temas como a necessidade de enfermeiros qualificados, críticas ao serviço de farmácia, carestia de verbas são repetidos como monótonos refrãos. Nas páginas que seguem, nosso esforço será em encontrar em meio aos temas que se repetem, aqueles que nos ajudem a identificar as disputas internas da Assistência a Alienados. Nesse sentido, ainda que recorramos às cartas dos outros médicos, privilegiaremos as apresentadas por Teixeira Brandão, Márcio Nery e Dias Barros.

A escolha desses personagens resulta da resposta do diretor do hospício à seguinte pergunta feita pela comissão:

“Que fato respigaríeis, no curto período de vossa administração, como principais fatores da desarmonia existente entre alguns chefes da seção do hospício e a diretoria, como se depreende do que, por escrito, foi comunicado à comissão?”²²⁹

Dias Barros afirmou que “a não serem oposições oriundas dos Srs. Drs. Teixeira Brandão e Márcio Nery, nenhum dos outros clínicos deste estabelecimento até hoje teve ensejo de externar-se neste sentido”²³⁰. O que a comissão deixou implícito em sua pergunta foi revelado pelo diretor, que reconheceu haver uma relação desarmônica entre ele e os médicos do Pavilhão de Observações e da seção Pinel. Nas páginas seguintes tentaremos compreender melhor a natureza desses atritos.

Em sua breve carta para a comissão de inspeção, Teixeira Brandão reitera as queixas sobre o farmacêutico e lembra que uma das equivocadas manipulações rendeu uma “prova material da incúria criminosa ou da inépcia daquele funcionário”. Denuncia ainda que essa prova havia sido “destruída pelo diretor do hospício”, contribuindo dessa forma para que os doentes continuassem “a ser envenenados”²³¹.

Outro assunto destacado pelo chefe do Pavilhão de Observações é o de que enfermos davam entrada naquela seção sem os devidos documentos, que deveriam

²²⁹ Idem, p.59.

²³⁰ Idem, ibidem.

²³¹ Idem, p.41.

ser emitidos pelo diretor. Além disso, outros documentos teriam sido alterados pelo mesmo, “tirando-lhe a autenticidade e estropiando-o em sua forma”. Teixeira Brandão anexa, como prova da irregularidade, “uma guia de doente”. Segundo afirma, a doente “está naquele estabelecimento sem os documentos legais, porque a guia se acha em meu poder”²³².

Por fim, Teixeira Brandão chama atenção para o esterquilínio criado junto ao pavilhão por ordem do diretor: “além de alimentar um enorme bando de urubus, dele se desprende um cheiro nauseante e infecto que não permite às vezes demorar-se alguém nas circunvizinhanças do pavilhão”. Esses fatos seriam prova da “franca interferência do diretor no meu serviço clínico”, queixava-se Brandão²³³.

A carta de Marco Nery lembra os seus “15 anos de serviço prestado” e da mudança do hospício que transformou o “aspecto de prisão que apresentava, no aspecto muito mais agradável que ainda hoje apresenta”. Registra ainda que todas as melhorias se deram por “obra de uma vontade esclarecida e dedicada ao bem estar dos loucos, vontade que ainda continuou a se exercer até meados do ano de 1902”²³⁴. A alusão ao atual diretor Dias Barros é mais explícita na segunda página:

“As necessidades do serviço não são avaliadas em seu justo valor; e se se formulam reclamações, o diretor, não conhecendo o serviço e não estando em condições de julgar da razão ou sem razão delas, toma-as como impertinências ou vontade de criar embaraços à administração. Quando aceita qualquer reclamação é já pensando em adiá-la indefinidamente até passar ao esquecimento. Não providencia sobre o fato por mais importante que seja, nem concorre em coisa alguma para melhorar as condições dos enfermos. Se, porventura, acontece tomar qualquer providência, é só para mostrar a sua autoridade, embora deixando patente os móveis subalternos que determinaram seu ato.”²³⁵

O autoritarismo do diretor é citado em outros momentos da carta:

“Quereis demonstração da maneira pela qual o Sr. Diretor se serve de sua autoridade? Eis aí: Há em meu serviço um louco inofensivo e muito prestimoso, lustrador e empalhador de profissão. Há algumas semanas foi, a chamado de um dos internos do pavilhão de observação, fazer limpeza em um móvel qualquer daquela enfermaria. Que imaginais que

²³² Idem, ibidem.

²³³ Idem, ibidem. Grifo nosso.

²³⁴ Idem, p.42.

²³⁵ Idem, p.43

teve o enfermo como recompensa de seu trabalho? Logo que o sr. Diretor soube que este doente prestara serviços no pavilhão, mandou encarcerá-lo em um quarto forte. Soube do ocorrido em minha ausência pelo enfermeiro e determinei que cessasse imediatamente o cárcere privado e que fosse posto em liberdade o bode expiatório dos ódios do diretor contra o serventuário do pavilhão”.

Por fim, mais uma acusação ao diretor. Segundo Nery, o diretor havia sugerido aos médicos que emitissem “atestados de óbitos antes dos enfermos exalarem o último alento”. Essa “atestação prévia” seria uma estratégia de poupar o diretor “de vir todos os dias ao serviço”. Nery afirma que um colega, o alienista Lucio de Oliveira teria condições de confirmar a informação.

A carta de Lucio de Oliveira não necessariamente confirma a informação de Nery. Ao que parece, o médico da seção Cameil sugere a possibilidade da ordem do diretor não ser precisamente a denunciada por não estar ela escrita. Como podemos notar, Lucio de Oliveira não se negará a cumprir uma ordem do diretor, mas somente aquelas “comunicações transmitidas por internos ou pela enfermeira chefe”. Segundo afirma:

“As relações entre o diretor e os médicos deviam ser estreitadas e as suas comunicações sempre pessoais ou por escrito, afim de que não mais recebessem comunicações transmitidas por internos ou pela enfermeira chefe, como deu-se em dias de setembro próximo passado, relativas ao serviço de atestado de óbitos, em que o diretor aventou, por intermédio do interno de serviço, a ideia de, na previsão de morte, deixar-se o atestado pronto, e, no dia seguinte, por intermédio da enfermeira-chefe, a ideia de deixar atestados de óbito em branco, assinados pelo médico; julgando estas ideias altamente prejudiciais ao serviço clínico e de encontro à verdade profissional recusei-me a atendê-las.”

A carta de Dias Barros é a que mais destoa em sua forma das demais. Essa diferença se deve a uma solicitação feita pelo próprio diretor: a comissão deveria elaborar “quesitos ou questões sobre pontos concretos”²³⁶. Dessa forma, 39 quesitos foram encaminhados ao diretor do Hospício Nacional de Alienados. Destacaremos a seguir aqueles quesitos nos ajudam a compreender a natureza dos conflitos entre o diretor e aos médicos.

Primeiramente, o segundo dos 39 quesitos questiona sobre a “desarmonia entre alguns chefes de seção do hospício e a diretoria”. Em resposta, Dias Barros

²³⁶ Idem, p.59.

afirma que, excetuando-se Teixeira Brandão e Marcio Nery, “nenhum dos outros clínicos [...] até hoje teve ensejo de externar-se nesse sentido”. O diretor argumenta que o problema se devia ao fato de insubordinação, uma vez que Brandão parecia não aceitar que o pavilhão de observações fosse “uma das seções do hospício”, logo “a cargo do seu diretor”. Ao fiscalizar a seção, Dias Barros afirmava não ter “em mente magoar ao sr. Dr. Teixeira Brandão, nem o fiz de modo a despertar animosidades se sua parte, como sucedeu”²³⁷.

Quanto à “oposição que tem [...] sido sistematicamente feita” por Marcio Nery, o diretor atribui sua causa “ao fato de ter sido [Nery] concorrente ao lugar de diretor do hospício”. Dias Barros cita algumas “oposições [...] bem curiosas” que envolviam o não fornecimento de informações acerca de enfermos e, após citar um caso específico, denunciava que Nery “não respondia, quer ao requerimento que lhe era enviado, quer à informação pedida no documento ao qual acima e refiro”. Na avaliação de Dias Barros, o caso

“em si não assumiria proporções acima do comum se os requerentes fossem pessoas ignorantes que, sem o conhecimento exato das condições de saúde de seus parentes, entendessem saber notícias suas. Mas sucede que, algumas vezes, são autoridades estrangeiras, como por exemplo, cônsules em função em nosso país ou mesmo autoridades consulares brasileiras em função fora dele, que solicitam as informações de que se trata. Neste caso, pois, parece de maior gravidade a ausência de resposta do diretor deste estabelecimento às solicitações e notícias por eles exigidas.”²³⁸

Podemos notar nessa resposta que a preocupação de Barros não é com a falta de informações sobre um paciente. Ele manifesta sua contrariedade com a falta de informações reclamadas por determinadas “autoridades”. Na avaliação do diretor, não haveria problema na falta de informações sobre os internados que tinham parentes “ignorantes”. O problema se dava quando pessoas de reconhecida influência social, como, por exemplo, cônsules, as solicitavam.

Ao se referir a “pessoas ignorantes”, Dias Barros não deixou claro se seriam pessoas de baixa instrução formal ou pessoas que ignoram especificamente os trâmites referentes à assistência. O que nos parece claro é o fato de que, para o diretor, a atenção dada aos alienados do hospício poderia variar de acordo com

²³⁷ Idem, *ibidem*.

²³⁸ Idem, p.60-61.

circunstâncias totalmente alheias ao tratamento hospitalar, como as relações de amizade e parentesco.

No terceiro quesito, a comissão questiona sobre “que medidas, mais urgentes” o diretor teria adotado para colocar o hospício “a seu antigo nível”. Barros, que também cita outras áreas do hospício, concentra sua resposta na crença de que o “regulamento novo deverá especificar, antes de mais nada, se o pavilhão de observação deve ser considerado uma das seções do hospício ou, do contrário, se independente dele”. A atual “confusão”, que se reflete em frequentes desmandos, tem como consequência o surgimento de “atos de indisciplina do pessoal subalterno do pavilhão [de observações]”.²³⁹

O quarto quesito trata do “número de internos e a gratuidade de suas funções”. Aqui Barros afirma que o “precedente não era novo”, era um “desejo expresso do ex-ministro”²⁴⁰. O décimo quinto quesito era sobre os atestados de óbitos passados antes do falecimento dos enfermos. Sobre o assunto, o diretor afirmava: “não tomo conhecimento desse quesito”²⁴¹.

O vigésimo oitavo quesito se refere às guias da doente D.L. e a informação de Dias Carneiro é de que a mesma deu entrada “acompanhada das guias”, mas o mesmo supõe que a documentação tenha sido “subtraída, pois nada explica a sua desaparecimento”²⁴². A gravidade da acusação nos chama atenção, uma vez que, conforme consta na carta de Teixeira Brandão, as guias existiam e estavam em sua posse. Tendo-as ou não subtraídas, o fato é que ao preferir manter a documentação de D. L. consigo, Brandão explicitava seu interesse em acusar Dias Barros. O responsável pelo pavilhão de observações, ao que nos parece, preferiu manter a irregular situação documental da enferma motivado pelo questionável desejo de denunciar seu desafeto.

O quesito vigésimo nono cobra explicações sobre a criação da esterqueira. O diretor informa que ela já existia e que “ultimamente o transporte [do material ali depositado] se tem feito com regularidade maior”. No quesito trigésimo

²³⁹ Idem, p.61.

²⁴⁰ Idem, p.64.

²⁴¹ Idem, p.66.

²⁴² Idem, p.68.

primeiro, sobre a preparação dos medicamentos, afirmou que “nenhum clínico me fez a menor reclamação sobre este assunto”. Quanto o suposto sumiço de uma receita mal manipulada pelo farmacêutico, que segundo Teixeira Brandão seria uma prova de sua ação criminosa, a resposta denota impaciência e contrariedade: “sobre o assunto, oficiei as Exmo. Sr. Ministro do Interior em 20 de novembro, nº 820. Que a comissão procure o documento na Secretaria do Interior”²⁴³. Sobre o local que a farmácia ocupava no hospício o diretor não julgava ser vulnerável ou exposto.

Às respostas de Dias Barros são anexadas documentos que, segundo considerava o diretor, as comprovariam. Dois deles são acusações diretas aos médicos Teixeira Brandão e Marcio Nery. Trata-se de duas cartas endereçadas a Pedro Dias Carneiro, ex-diretor do hospício, uma com data de 6 de dezembro e a outra de 8 de dezembro de 1902. Na primeira, Dias Barros enumera dezoito quesitos que se referem “a fatos graves desdobrados neste hospício durante a administração do Senhor Doutor Teixeira Brandão, ora como simples diretor dele, ora como diretor geral da Assistência a Alienados e, mais tarde, inspetor geral”²⁴⁴. O mesmo tipo de estrutura foi usada na carta do dia 8 de dezembro em que as acusações, organizadas em dez quesitos, eram feitas a Marcio Nery.

Contra Teixeira Brandão, o rol de acusações incluía o desvio de materiais do hospício: ovos, galinhas e pombos para consumo de sua família e de carne para uma “matilha de cães” de sua propriedade; emprego de funcionários do hospício para serviços “em sua própria casa”; atendimento, no hospício, de empregados seus para tratamento de doenças infecto-contagiosas; abandono, “no meio do ano”, do Pavilhão de Observação para gozo de férias irregulares em “sua fazenda onde passava semanas, até meses”; recusa de diagnósticos de doenças infecto-contagiosas mesmo quando sua “exatidão já se achava firmada bacteriologicamente”; não auxiliar o diretor no caso em que duas enfermeiras francesas, mancomunadas com um interno, foram despedidas “pelo fato de terem praticado atos imorais” em uma das dependências do hospício; realização de uma exposição de “trabalhos ditos de alienados” que, na verdade, eram, em grande parte, “objetos comprados fora”; venda de material pertencente ao hospício;

²⁴³ Idem, *ibidem*. Não encontramos o referido documento.

²⁴⁴ Idem, p.70.

sumiço de duas vacas leiteiras. Pedro Dias Carneiro confirmou todos os quesitos e autorizou o atual diretor do hospício a fazer de sua resposta “o uso que entender”²⁴⁵.

O mesmo recurso acusatório foi utilizado conta Márcio Nery, que era acusado de desviar empregados de sua função para tarefas em sua casa; apropriar-se indevidamente de “grande quantidade de ovos, galinhas e pombos”; criar uma vaca “para seu uso pessoal” nas dependências do hospício; consertar, “a custa do hospício”, “um aparelho fotográfico seu”; tratar do irmão de um interno sem o devido decoro regulamentar; negligenciar o serviço clínico²⁴⁶. Assim como na carta anterior, Pedro Dias Carneiro confirma todas as acusações.

A comissão anexou ao relatório as respostas de Teixeira Brandão e Dias Barros. O primeiro se nega a rebater as acusações e afirma que o “decoro” e a “dignidade” das funções que “exerce e exerceu” na assistência o inibem “de respigar as aleivosias e calúnias que a imbecilidade e a demência” de “dois irresponsáveis”²⁴⁷. Já Marcio Nery responde a todas as acusações, que chama de “tecido de perfídias”, organizando suas respostas também em quesitos. Seu esforço, como não é difícil de imaginar, se concentra em negar ou desqualificar todas as acusações do diretor.

Nery foi minucioso em suas explicações que avançavam por 10 quesitos que manifestam claro aborrecimento. Para ele, tanto o atual quanto o antigo diretor não seriam dignos do cargo. O hospício estava entregue à “supina fatuidade dos incompetentes guindados às alturas das folhas de pagamento”. Quanto aos ataques à sua pessoa, considerava o seguinte: - “Antônio Dias Barros procurou enxovalhar-me”²⁴⁸. Considerava-se vítima do mais baixo libelo, movido por “interesses subalternos”. Sobre a atitude do antigo diretor:

“Se os fatos arguidos no libelo difamatório se deram e o Dr. Dias Carneiro não teve ciências deles, sendo o chefe da administração, foi um inepto. Se se deram com sua ciência e não tomou providência, deixando que os abusos continuassem quando estava em suas mãos cortá-los, foi

²⁴⁵ Idem, p.71.

²⁴⁶ Idem, p.72.

²⁴⁷ Idem, p.82.

²⁴⁸ Idem, ibidem.

um desleixado. Quer em uma ou em outra hipótese digno se mostrou da posição que ocupava.”²⁴⁹

Ao considerar a atitude de Dias Barros tal como a de um perverso libelista, Nery deixa claro que a polidez e a sobriedade que se costuma esperar dos representantes da ciência estavam naquele momento totalmente solapadas. Longe de representar um momento de dissenso que caracteriza o processo de consolidação de um determinado saber científico, o conflito que encontramos aqui envolve homens que, sentindo-se contrariados em seus interesses pessoais, trocavam graves acusações. Nesse intenso debate, não somente a conduta profissional, mas, principalmente, a conduta do homem era alvo privilegiado.

Em dado momento, os rivais percebem-se em meio a libelos que, antes de tudo, atacavam a reputação, o bom nome, a fama angariada diante da opinião pública pelo opositor. Daí virulência das acusações tidas como “libelos difamatórios” e o consequente desconforto provocado. Difamatório ou não, um libelo é sempre direcionado contra alguém ou alguma coisa. Para o libelista, o exposto no libelo teria o poder de provar algo contra o que se acusa. Entretanto, convém ressaltar que não é a busca por provas contra outrem que nos interessa aqui. Ao observar a distinção entre o libelista e o historiador, Melchor Fernández Almagro esclarece que:

“historiadores e libelistas se diferenciam, entre outras razões, porque aqueles procuram extrair do adverso ou deprimente, oportunos ensinamentos – daí o tom sentencioso da história clássica –, enquanto o libelista se entrega a um desejo nocivo, elegendo entre duas versões a pior, e se não houver opção, desfigurando, para enfeia-la o máximo possível, a única existente.”²⁵⁰

Observadas as especificidades do historiador e do libelista em relação ao libelo²⁵¹, resta-nos a pergunta: quais “oportunos ensinamentos” os libelos aqui

²⁴⁹ Idem, p.83.

²⁵⁰ Melchor Fernández ALMAGRO. “Puñaladas al aire”. **Revista de Estudios Historicos**, Ano 1944, Numero 13-14. Disponível em http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_búsqueda=ANUALIDAD&revista_búsqueda=1166&clave_búsqueda=1944, acesso em 20 de junho de 2012. P.475-476. No original a citação é a seguinte, “historiadores y libelistas se diferencian, entre otras razones, porque aquéllos procuran sacar de lo adverso o depresivo, oportunas enseñanzas – de ahí el tono sentencioso de la Historia clásica –, en tanto que el libelista se entrega al malsano regodeo, eligiendo de dos versiones la peor, y si no hay opción, desfigurando, para afearla en el grado posible, la única existente”. A tradução é nossa.

²⁵¹ Ao investigar os mecanismos de divulgação de calúnias, maledicências e difamações na França durante o século XVIII, Robert DARTON considera os “*libelos particularmente polémicos*” uma

levantados podem nos oferecer? Consideramos necessário observar quais as estratégias adotadas por cada um dos envolvidos no certame.

Teixeira Brandão assumiu uma posição que aparentemente visava marcar a singularidade de sua função e da seção que dirigia. Há de se notar que ele assinou a carta enviada à comissão de inspeção como “lente da clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas”, o que o vinculava à Faculdade de Medicina. Com isso, Brandão parecia temer se apresentar como médico do hospício, o que o colocaria hierarquicamente abaixo de Dias Barros. Com efeito, defendia que o trabalho realizado no Pavilhão de Observações não deveria sofrer “interferência” do diretor.

Para Marcio Nery, a autoridade de Dias Barros também era observada com receio de ser mesmo uma ameaça. Algumas atitudes atribuídas ao diretor seriam apenas demonstrações de autoridade sem correspondências com as reais necessidades do hospício. Assim, o ódio, mentiras e perseguições seriam expedientes tomados por Dias Barros para resolver questões administrativas.

Dias Barros, por sua vez, indicava que os problemas com os dois médicos não seriam de insubordinação ou simplesmente de caráter pessoal. As acusações que denunciavam desvios de ovos e de galinhas tinha um intuito maior do que expor publicamente o comportamento ridículo atribuído àqueles médicos. Antes, haveria na conduta deles algo de lesa-república, uma vez que se apropriavam privadamente dos bens e serviços do hospício, uma instituição pública.

Convém notar que a comissão de inspeção também tomou sua posição nesse conflito. Parece-nos claro que em nenhum momento, a relação entre o diretor e a comissão foi amistosa ou cooperativa. Como vimos, o primeiro ofício encaminhado pela comissão ao ministro despertou a raiva de Dias Barros que refutava grande parte dos argumentos ali contidos. Em seguida, recusou-se em um primeiro momento o diretor a enviar a exposição escrita sobre o estado do hospício, exigia que, antes, a comissão inventariasse os quesitos a serem esclarecidos. Não surpreende assim, o fato de os quesitos serem mais acusatórios

vez que, entre outras potencialidades, revelam “*segredos mais íntimos e tenebrosos do Estado*”. _____, **O diabo na água benta ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão**. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

do que inquiridores. Outra evidência de como a comissão se posicionou é a apresentação, no relatório, da carta de Marcio Ney. Ela toma para si o argumento do médico da seção Pinel e anuncia assim a carta: “*Resposta do Dr. Márcio Nery ao libelo difamatório do Dr. Dias Barros*”. Para a comissão, as cartas de Dias Barros não tinham o intuito de esclarecer, mas de difamar.

Conforme podemos observar, esses conflitos adquiriram características nada científicas e se consolidaram em acusações pessoais que trouxeram a tona algumas dimensões da crise e revelaram como alguns alienistas se posicionaram diante dela. Não podemos deixar de considerar também que, para um diretor, receber inspetores que tinham a finalidade de devassar o estabelecimento de sua responsabilidade, não era algo confortável. Veremos a seguir como esse desconforto se tornava mais ou menos evidente.